Emitido por: Tribunal Administrativo de Recursos Ambientais - TRA

Data da emissão: 16/07/2025

RECIBO DE PROTOCOLO

Protocolo N°: 2023/0000040846
Interessado: RIVALDO OLIVEIRA DAS CHAGAS
Origem: Processo 2019/0000042875

Recebemos o Documento: APRESENTAÇÃO DE DEFESA ADMINISTRATIVA - AUT 2-S-19-7-00131

Local e data:
Belém - PA 16/07/2025 14:44

ILUSTRÍSSIMO DIRETOR PRESIDENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, UNIDADE SEDE DE BELÉM/PA.

Processos nº 42875/2019
Ref.: Autos de Infrações 2-S/19-7-00131

***Assunto**: Irregularidades perpetradas no ato de lavratura de auto de infração em virtude da violação dos princípios constitucionais, principalmente do devido processo legal, à revelia do contraditório e da ampla defesa e, sobretudo da lei.*

RIVALDO OLIVEIRA DAS CHAGAS, brasileiro, solteiro, produtor rural, portador do RG nº 3323272-5, inscrito no CPF nº 842.161.232-87, residente e domiciliado na Rua Jorge Sadala, s/n, Bairro Independência (Esperança II), CEP 68.000-000, Município de Alenquer/PA, assim devidamente qualificados nos autos, por seu advogado que esta subscreve, vem, respeitosa e tempestivamente, perante Vossa Excelência, apresentar **DEFESA ADMINISTRATIVA**, em face dos autos de infrações em epígrafe, que fundamentadas nos sustentáculos e, secundados pelos pedidos, darão azo ao requerimento final, conforme fundamentos fáticos e jurídicos nos termos a seguir expostos.

DA SÍNTESE FÁTICA

O Requerente foi autuado no dia 23/07/2019 (AI nº **2-S/19-7-00131**), por "**desmatar 4,75 hectares de floresta, vegetação nativa ou demais formas de vegetação natural ou utilizá-la com infringência das normas de proteção em área de reserva legal sem licença do órgão ambiental ou com ele em desacordo**".

Em vista disso, foi lhe imputado a referida conduta como em desacordo com os seguintes dispositivos legais, ou seja, em desobediência aos arts. 50 e 51 do Decreto nº 6.514/2008 c/c art. 118, inciso IV, da Lei Estadual nº 5.887/1995 e art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da CF/88.

Ademais, toda a fiscalização da Autarquia Ambiental deu-se de forma remota e via sistema de sobreposição de áreas. Além disso, a área objeto da autuação ficou embargada.

DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE TUTELA

Conforme o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 9.605/1998 e artigo 113 do Decreto nº 6.514/2008, chega-se à conclusão de que a presente defesa é apresentada dentro do seu prazo legal **(20 dias) úteis.**

> ***Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:***
>
> ***I – vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;***

Art. 113. O autuado poderá, no prazo de vinte dias, contados da data da ciência da autuação, oferecer defesa contra o auto de infração.

Em sendo o Requerente tomou ciência da autuação em 03 de Agosto de 2023, o prazo final para apresentação da referida defesa expira, em 31 de Agosto de 2023, levando em consideração ainda feriados estaduais (15/08/2023 - Dia Adesão do Pará) e municipais (14/08/2023 - Ponto Facultativa em Alenquer/PA). Portanto, **TEMPESTIVA A PRESENTE DEFESA.**

DA IMPROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

O auto de infração é o documento pelo qual inicia-se o processo administrativo destinado à apuração da existência, ou não, da infração ambiental.

Deve, necessariamente, ser formal e preencher requisitos previstos na norma ambiental aplicável. É oriundo do poder de polícia que detém a administração pública e, por ser da espécie de atos administrativos punitivos, são vinculados à lei e devem respeitar, integralmente, o princípio da legalidade.

A título exemplificativo, transcrevemos abaixo os arts. 96 e 97, do Decreto n.º 6.514/2008, da normatização ambiental vigente impõe os seguintes requisitos à expedição do auto de infração:

Art. 96. Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração, do qual deverá ser

dado ciência ao autuado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º Caso o autuado se recuse a dar ciência do auto de infração, o agente autuante certificará o ocorrido na presença de duas testemunhas e o entregará ao autuado.

§ 2º Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente autuante aplicará o disposto no § 1º, encaminhando o auto de infração por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

Art. 97. O auto de infração deverá ser lavrado em impresso próprio, com a identificação do autuado, a descrição clara e objetiva das infrações administrativas constatadas e a indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, não devendo conter emendas ou rasuras que comprometam sua validade. (grifo nosso)

É importante também que transcrevamos o art. 100, do mesmo decreto que prevê que quando existir vício insanável, este deverá ser considerado nulo. Vejamos:

Art. 100. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo, após o pronunciamento do órgão da Procuradoria-Geral Federal que atua junto à respectiva unidade administrativa da entidade responsável pela autuação.

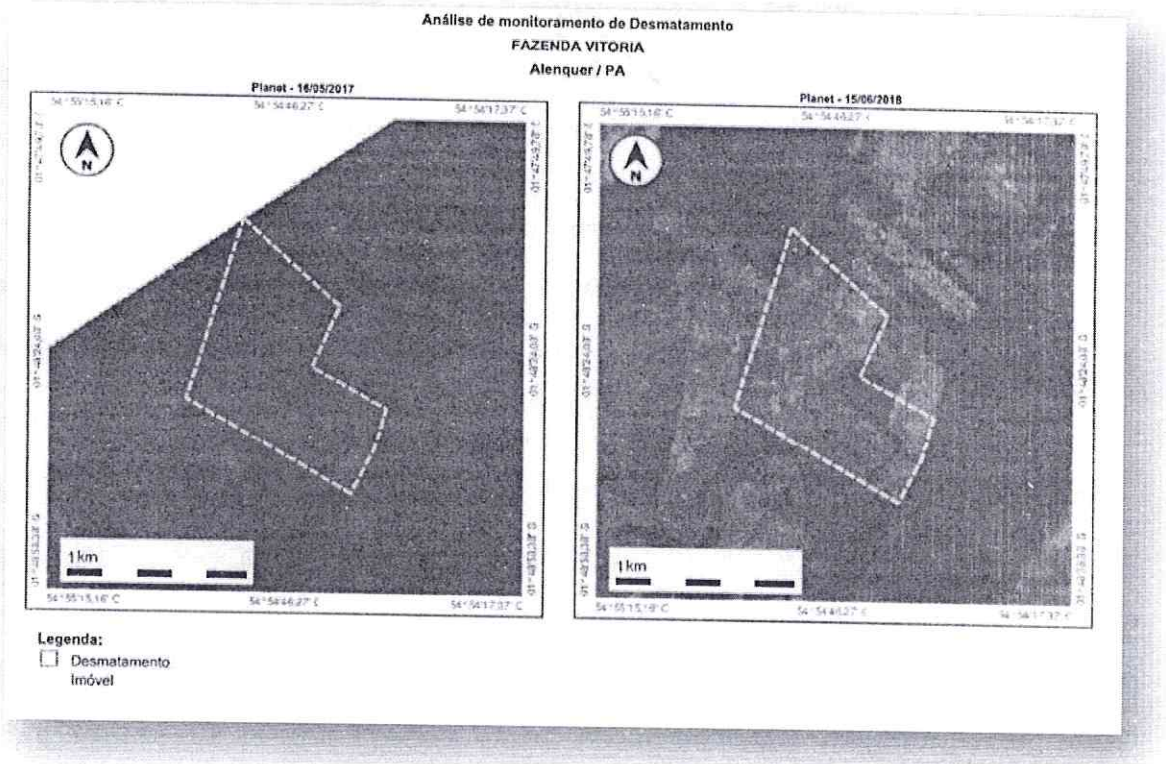
7

§1º Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§2º Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto, observadas as regras relativas à prescrição. (grifo nosso)

O Decreto 6.514/2008 estabelece que quando os autos de infração apresentarem vícios (defeito grave que torna uma pessoa ou coisa inadequadas para certos fins ou funções) sanáveis (curável, resolúvel, remediável) poderão ser convalidados de ofício pela autoridade julgadora (sem que a parte tenha que requerer), mediante despacho saneador, é aquele que o juiz se pronuncia, antes da sentença final, a respeito de irregularidades e nulidades, legitimidade das partes, etc., mandando sanar se possível.

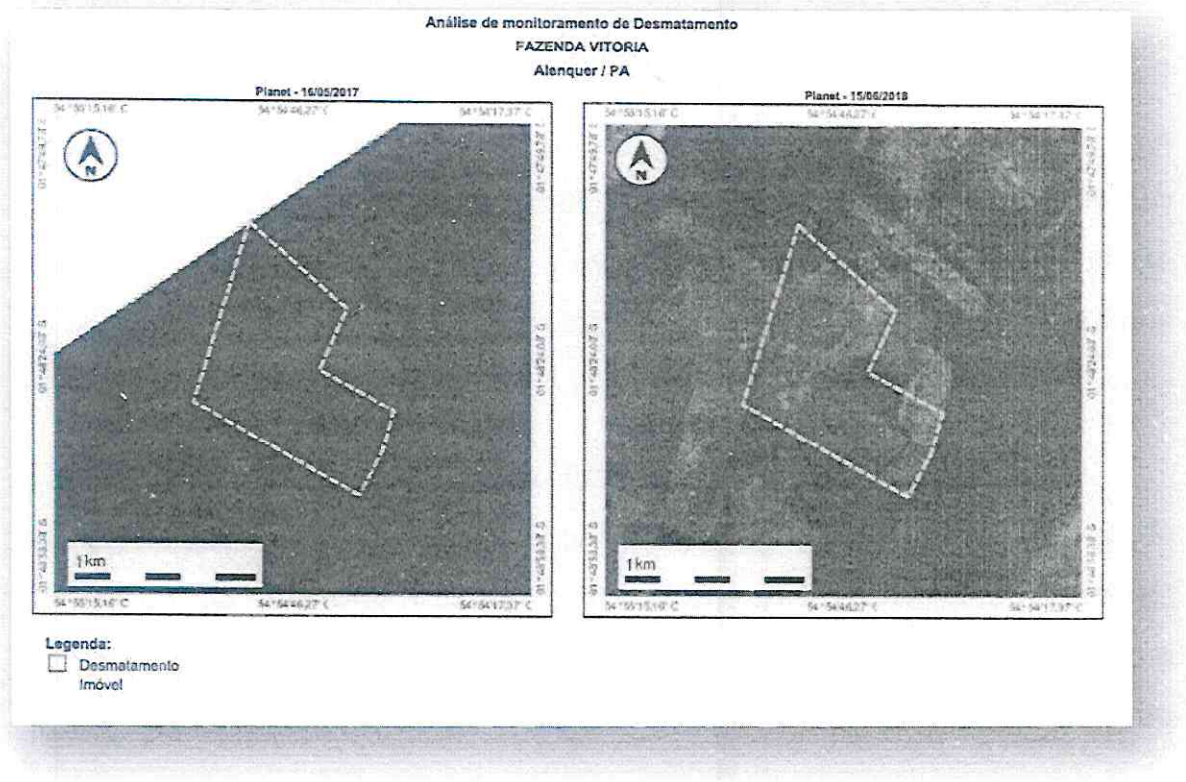
No caso em apreço, vislumbra-se que "**o Requerente jamais desmatou uma área de 4,75 hectares, ou, quiçá mais de 12 hectares, somando-se a outro embargo no AI nº 2-S/19-7-00130 de floresta, vegetação nativa ou demais formas de vegetação natural**", conforme imagem/mapa anexo ao relatório de fiscalização (abaixo). Destarte, os agentes de fiscalização, no momento da autuação questionaram o requerente sobre tal polígono, conforme se extrai do relatório confeccionado pela Autarquia:



Inclusive, em análise detida do relatório, principalmente em vista do tamanho da área, focos e fundo (aspecto escuro), observa-se que a referida área, aos longos dos anos 2017/2018/2019, basicamente trata-se de uma área de capoeira e, atualmente, passados mais de 04 (quatro) anos do embargo, tal área encontra-se privada de regeneração natural e não está sendo utilizada para fins de agriculturas.

Pois bem. Extrai-se do relatório de fiscalização, como sendo único documento e registro de informação, que "o requerente teria desmatado área superior a 12 hectares". Se o requerente entrou em contradição, onde ela está? Na verdade, observa-se uma flagrante omissão e negligência dos agentes de campo, os quais, de forma expressa, desprezaram as informações prestadas pelo o Autuado.

No mais, é fato notório que a atividade pecuária é expressiva na região do baixo amazonas. Todavia, atribuir, por mera presunção, que a **ÁREA DESMATADA ABAIXO** (mapa anexo ao relatório de fiscalização) foi explorada pelo Requerente é absurdo.



Nesse sentido, entende a doutrina brasileira difundida por Hely Lopes Meirelles que o ato administrativo deve ser estruturado pelos seguintes requisitos: **competência, finalidade, forma, motivo e objeto**. (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 22. ed., São Paulo: Malheiros, 1997, pág.134). E, por isso, havendo vício em qualquer desses elementos, ele terá sua validade afetada, sendo plenamente nulo.

Neste caso, estamos diante de uma nulidade posto que o **objeto** (conteúdo do ato, a própria alteração na ordem jurídica, o que o ato dispõe) do ato administrativo é equivocado, pois incluiu área alheia ao o conteúdo do processo sancionatório, **quando muito por se tratar de uma área de capoeira, distante de qualquer floresta, vegetação nativa ou demais formas de vegetação natural**.

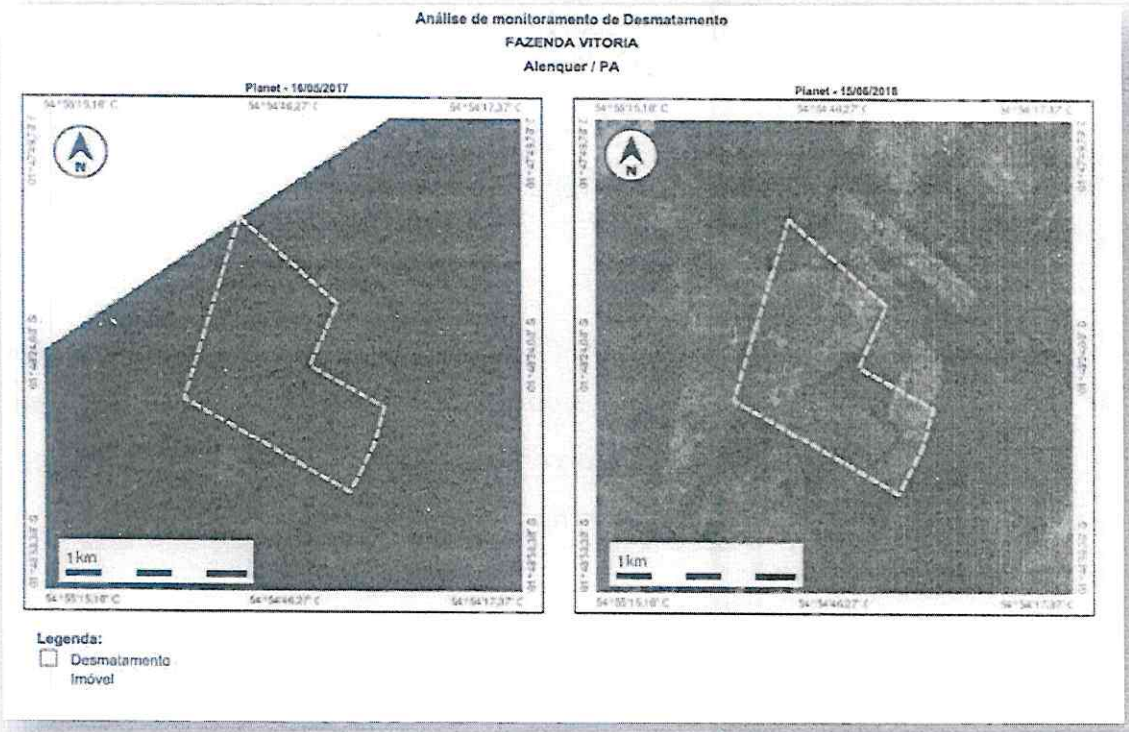
Objeto é requisito fundamental, pois todo ato administrativo tem por objeto a criação, modificação ou comparação de situações jurídicas concernentes às pessoas. Causa ou atividades sujeitas à ação do poder público. Nesse sentido, o objeto identifica-se com o conteúdo do ato através do qual a administração pública manifesta seu poder e sua vontade ou atesta simplesmente situações preexistentes.

Também chamado de conteúdo do ato administrativo, o objeto guarda semelhança com a finalidade, porém enquanto a finalidade é ampla (**interesse público**) o objeto é o efeito jurídico imediato produzido pelo ato. Ou seja, o objeto é o efeito imediato pretendido para que o resultado mediato (interesse público) seja alcançado.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que,

> ***"o objeto deve ser lícito (conforme a lei), possível (realizável no mundo real e juridicamente), certo (definidos quanto aos destinatários, efeitos, tempo e lugar), e moral (em consonância com os padrões de comportamento aceitos pela sociedade)" (Di Pietro. Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24º edição, ed., Atlas, 2010 pág.204).***

Nessa contextura, a palavra do Autuado merece destaque, e, diante disso, a que a **ÁREA DESMATADA ABAIXO** (mapa anexo ao relatório de fiscalização) não deve ser incorporada ao processo administrativo, pois que foi explorada por outras pessoas, até porque quando o Requerente chegou na referida área já apresentava alterações antrópicas, bem como já encontrava-se em fase de regeneração da flora, conforme se observa nas fotos em anexo.



Ademais, o Autuado foi notificado de fatos ocorridos em 2018/2019, e desde o início da fiscalização jamais foi um agente do órgão ambiental atestar "in loco' real situação da área embargada. Soma-se a isso, o fato de que se **trata de uma área de capoeira e, atualmente, passados mais de 04 (quatro) anos do embargo, tal área encontra-se privada de regeneração natural e não está sendo utilizada para fins de quaisquer agriculturas, senão, descanso natural.**

Por fim, vale ressaltar que a análise multitemporal produzidas pela SEMAS |, demonstra que a intervenção do Requerente na área só pôde ser atestada ou comprovada ser uma atividade permanente, o que não é o caso, fazendo-se necessária revisão do seu CAR. Logo, diante da demonstração de vício do ato administrativo, é imperioso decretar a **NULIDADE** de **Auto de Infração nº 2-S/19-7-00131**.

DA DESPROPORCIONALIDADE DA PENA

Ao tratarmos de processo sancionador, não podemos deixar de lado o que dispõe o art. 2º da Lei que regula o Processo Administrativo – Lei nº 9784/1999:

> *Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*
>
> *Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*
>
> *(...)*
>
> *VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;*

Ou seja, a penalidade a ser aplicada requer uma proporcionalidade mínima à gravidade da infração além dos danos evidenciados, nos termos do art. 6º da Lei 9.505/98 que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente:

> *Art. 6º Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:*
>
> *I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;*
>
> *II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;*
>
> *III - a situação econômica do infrator, no caso de multa.*

No caso em apreço, importante que fique registrado que o Denunciado nunca teve qualquer envolvimento com irregularidades ou contravenções ambientais, dispondo de bom histórico e de boa intencionalidade do agente fica perfeitamente demonstrada, alinhada à boa fé e presunção de inocência.

Diante, portanto, do fato da atividade estar de subsistência e tipicamente para manutenção e sustento próprio de sua família, restando, portanto, uma desproporcionalidade de qualquer aplicação de pena e multa, visto que foi induzido ao erro perante órgãos estaduais.

Dessarte, para Joel de Menezes Niebuhr, a sanção deve estar intimamente atrelada às circunstancias do ato, em observância ao princípio da proporcionalidade:

> *"O princípio da proporcionalidade aplica-se sobre todo o Direito Administrativo e, com bastante ênfase, em relação às sanções administrativas. [...]. Ao fixar a penalidade, a Administração deve analisar os antecedentes, os prejuízos causados, a boa ou má-fé, os meios utilizados, etc. Se a pessoa sujeita à penalidade sempre se comportou adequadamente, nunca cometeu qualquer falta, a penalidade já não deve ser a mais grave.* ***A penalidade mais grave, nesse caso, é sintoma de violação ao princípio da proporcionalidade."*** *(Licitação Pública e Contrato Administrativo. Ed. Fórum: 2011, p.992)*

Ademais, a multa deve considerar as condições financeiras do denunciado, nos termo do art. 6º, III da Lei 9.605/98, razão pela qual aplicação de qualquer multa ao agente que exerce uma atividade arriscada e que nem sempre dá retorno financeiro é totalmente desproporcional, posto que se trata de Denunciado-Réu primário e antecedentes sem quaisquer históricos de sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, conforme precedente sobre o tema:

> ***ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO AMBIENTAL. REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA. ART. 6º DA LEI Nº 9.605/98.*** *1. Nos termos do art. 6º da Lei 9.605/98,* ***a fixação do valor da pena de multa pela autoridade administrativa deve observar a capacidade econômica do infrator, gravidade do fato e antecedente/reincidência.*** *2. Na hipótese, resta evidenciada a desproporcionalidade da sanção aplicada, considerando os fatos concretos. 3. Demonstrado o caráter desproporcional do valor da multa fixado pela autoridade administrativa, é passível a redução do respectivo montante pelo Poder Judiciário (TRF-4 – AC:*

7

50037568920154047102 RS 5003756-89.2015.404.7102, Relator: MARGA INGE BARTH TESSLER, Data de Julgamento: 04/07/2017, TERCEIRA TURMA)

Portanto, demonstrada a boa-fé do Agente em toda condução de suas atividades, não há que se cogitar uma penalidade tão gravosa, devendo existir a ponderação dos princípios aplicáveis ao processo administrativo.

DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA

Conforme clara disposição legal a sanção de multa simples aplicada no caso em tela, tem-se a possibilidade de substituição da pena:

> *Art. 72, §4º A **multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.***

Assim, considerando a **pequena gravidade dos fatos**, bem como a **ausência de antecedentes do denunciado**, tem-se por razoável a possibilidade de se efetuar esta **conversão legal.**

DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

A Constituição Federal previu o contraditório e a ampla defesa em um mesmo dispositivo, determinando expressamente sua observância nos processos de qualquer natureza, judicial ou **administrativa**.

Este princípio encontra-se assegurado pelo art. 5º, inciso LV da CF/88, mas pode ser definido também pela expressão ***audiatur et altera pars***, que significa "**OUÇA-SE TAMBÉM A OUTRA PARTE**".

No meio processual, especificamente na esfera do direito probatório, ele se manifesta na oportunidade que os litigantes têm de requerer a produção de provas e de participarem de sua realização, assim como também de se pronunciarem a respeito de seu resultado.

Quanto à ampla defesa, esta deve abranger a defesa técnica, ou seja, o defensor deve estar devidamente habilitado, e a defesa efetiva, ou seja, a garantia e a efetividade de participação da defesa em todos os momentos do processo.

Em alguns casos, a ampla defesa autoriza até mesmo o ingresso de provas favoráveis à defesa, obtidas por meios ilícitos, desde que devidamente justificada por estado de necessidade.

No que se refere ao processo administrativo com o contraditório e a ampla defesa amplia-se a transparência administrativa, surgindo o princípio de justiça, havendo equilíbrio entre as partes, sem conotações pessoais, tornando as defesas iguais, com decisões objetivas e concisas, conforme foi estabelecido pela vontade do legislador na elaboração da lei.

No processo administrativo o contraditório deve ser visualizado fora da relação do juiz e as duas partes. Se na fase que antecede a formação do ato um órgão da Administração não se coloca no mesmo plano que o sujeito, no tocante a direitos, não existe contraditório.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF), aponta que há a garantia do direito de defesa (contraditório e ampla defesa) em todos os processos judiciais e administrativos.

> *EMENTA: Agravo regimental em recurso extraordinário. Restabelecimento de benefício previdenciário pelo Tribunal de origem, sob o fundamento de inobservância do contraditório e da ampla defesa quando do procedimento administrativo que o suspendera.*
>
> *A garantia do direito de defesa contempla, no seu âmbito de proteção, todos os processos judiciais ou administrativos. Procedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE- AgR 425406/ RN- Rio Grande do Norte, Agravo Regimental no Recurso Extraordinário, Relator: Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, 18/09/2007; DJU: 11/10/2007, p. 49).*

Bem observa em sua obra Teoria processual da decisão jurídica, o doutrinador Rosemiro Pereira Leal:

> *"o princípio da ampla defesa na teoria neo-institucionalista do processo é que vai permitir defesas não só em face de defeitos procedimentais ou contra o mérito, mas numa concepção expansiva da negação ou afirmação de constitucionalidade dos atos e conteúdos jurídicos das pretensões e de sua procedimentalidade formal. Ampla defesa é nessa concepção o direito processualmente garantido a um espaço procedimental cognitivo à construção de fundamentos*

obtidos dos argumentos jurídicos advindos das liberdades isonômicas exercidas em contraditório na preparação das decisões"

Em homenagem aos dois princípios crucias do processo, acolhe-se a presente pretensão do requerente, conforme a ordem dos pedidos a seguir expostos.

DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Ante todo o exposto, requer que se digne V. Senhoria para que:

I – Seja julgada improcedente a lavratura de **Auto de Infração n.º 2-S/19-7-00131**, declarando-o nulo no que se refere do mapa anexo ao relatório de fiscalização, bem como seja excluída a imposição de qualquer multa ou embargo administrativo;

II – Em caráter sucessivo, no que se refere a pena de multa, considerando que a legislação prevê que a multa simples (como é o caso), deve ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, conforme dispõe o art. 72, §§2º,3º e §4º, I e II, da Lei n.9.605/98, bem como, 5º, §2º, do Decreto 6.514/08, pelo que deveria ser, primeiramente, aplicada a sanção de advertência para sanar irregularidades (o que não ocorreu);

III – Todavia, caso não seja esse entendimento, em caráter de atendidos os pedidos acima, o que não se espera, seja realizada a redução da multa patamar mínimo ao Denunciado (levando em consideração suas condições econômicas e seus antecedentes) ou outro valor que Vossa Senhoria julgar pertinente, desde que inferior a R$ 5.000 mil reais;

IV – Por fim, julgamento do presente processo nos termos do art. 49 e 53, da Lei 9.784/99, sob pena de exaurimento de prazo administrativo e consequente cancelamento e arquivamento dos AI supracitado, devendo, ao final, o autuado se declarado inocente.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Alenquer/PA, 28 de março de 2023.

Renan Rodrigues Fialho

RENAN RODRIGUES FIALHO
OAB-AM 13.904

Estrada da Fazendinha, 16, Bairro Santa Cruz, Alenquer/PA.
E-mail:advrenanfialho@gmail.com Telefone: (92) 3071-9984 – 99121-7717

ROL DE DOCUMENTOS:

01 – Procuração;

02 – Documentos Pessoais;

03 – Cópia do CAR;

04 – Declaração do Sindicato.

PROCURAÇÃO *AD JUDICIA ET EXTRA*

OUTORGANTE: RIVALDO OLIVEIRA DAS CHAGAS, brasileiro, solteiro, produtor rural, portador do RG nº 3323272-5, inscrito no CPF nº 842.161.232-87, residente e domiciliado na Rua Jorge Sadala, s/n, Bairro Independência (Esperança II), CEP 68.000-000, Município de Alenquer/PA.

OUTORGADO: RENAN RODRIGUES FIALHO, advogado, regularmente inscrito na OAB/AM nº 13.904, com escritório profissional no endereço abaixo delineado.

PODERES: através do presente instrumento particular de procuração, os **OUTORGANTES** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO,** concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no art. 105 do CPC, habilitando-o a praticar todos os atos do processo, bem assim fazer acordo, receber intimações, substabelecer com ou sem reserva de poderes, praticar todos os atos perante as repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e demais órgãos da Administração Direita e Indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer Instâncias e Tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, com o fim específico para postular no processo judicial.

PODERES ESPECÍFICOS: a presente procuração outorga ao Advogado acima descrito os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber alvará, requisição de pequeno valor, precatório, bem como dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme estabelecido no art. 105 da Lei 13.105/2015.

Alenquer/PA, 18 de agosto de 2023.

RIVALDO OLIVEIRA DAS CHAGAS

RIVALDO OLIVEIRA DAS CHAGAS
OUTORGANTE

DECLARAÇÃO DE POSSE MANSA E PACIFICA: 022/2023

O SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ALENQUER, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. Elinaldo Oliveira Maia**, Brasileiro, União Estável, RG: 4212879 PC/PA, CPF: 739.619.062-20, abaixo assinado, declara para os devidos fins e efeitos legais que o **Sr. RIVALDO OLIVEIRA DAS CHAGAS,** portador da cédula de identidade RG: 3323272-5 SSP/AM, CPF: 842.161.232-87. brasileiro, União Estável, Agricultor, residente e domiciliado no, RAMAL DO PACOVAL, COMUNIDADE AJARA, nesta cidade de Alenquer Estado do Pará, DECLARA para os devidos fins e efeitos legais, que detém a POSSE mansa e pacifica de uma áreas de 85,03 hectares de terras que fica situado, RAMAL DO PACOVAL, COMUNIDADE AJARA, nesse Município de Alenquer-PA, denominada de FAZENDA VITORIA , no qual tem ocupação habitual dessa área desde o ano 2017, sendo pessoa de boa índole e há vários anos convivendo em paz com as comunidades tradicionais de nosso município, sendo sócios desta associação nas soluções de assuntos de interesse dos comunitários, dentro dos seguintes limites e confrontações:

AO NORTE: COM O SR. MARIA DE JESUS REPOLHO MARCIÃO

AO SUL: COM SRA. ROMILSON ROCHA FIGUEIREDO

A LESTE: COM SR. JOSÉ ELIVALDO MENEZES DE SOUSA

A OESTE: COM SR. MANOEL DULCEMIRO SANTOS DA SILVA

A presente declaração é feita livre dos vícios do consentimento, sendo a expressão da verdade e que produza os efeitos legais.

Alenquer – PA, 25 de Agosto de 2023.

Elinaldo Oliveira Maia
CPF 739.619.062-20
Presidente do SINPRA

Elinaldo Oliveira Maia
Presidente do SINPRA

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: PA-1500404-4050.6FBB.C070.4167.AD38.D795.1886.DF96	Data de Cadastro: 25/09/2017 16:04:25

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Nome do Imóvel Rural: FAZENDA VITORIA		
Município: Alenquer		UF: Pará
Coordenadas Geográficas do Centroide do Imóvel Rural:	Latitude: 01°48'26,08" S	Longitude: 54°54'47,14" O
Área Total (ha) do Imóvel Rural: 85,0252		Módulos Fiscais: 1,1337
Código do Protocolo: PA-1500404-E160.71B7.28A7.640B.F590.7924.EBFD.0691		

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Este documento garante o cumprimento do disposto nos § 2º do art. 14 e § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, e se constitui em instrumento suficiente para atender ao disposto no art. 78-A da referida lei;
2. O presente documento representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural-CAR e que está sujeito à validação pelo órgão competente;
3. As informações prestadas no CAR são de caráter declaratório;
4. Os documentos, especialmente os de caráter pessoal ou dominial, são de responsabilidade do proprietário ou possuidor rural declarante, que ficarão sujeitos às penas previstas no art. 299, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940) e no art. 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
5. O demonstrativo da situação das informações declaradas no CAR, relativas às áreas de Preservação Permanente, de uso restrito e de Reserva Legal poderá ser acompanhado no sítio eletrônico www.car.gov.br;
6. Esta inscrição do imóvel rural no CAR poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, em função do não atendimento de notificações de pendência ou inconsistências detectadas pelo órgão competente nos prazos concedidos ou por motivo de irregularidades constatadas;
7. Este documento não substitui qualquer licença ou autorização ambiental para exploração florestal ou supressão de vegetação, como também nãodispensa as autorizações necessárias ao exercício da atividade econômica no imóvel rural;
8. A inscrição do imóvel rural no CAR não será considerada título para fins de reconhecimento de direito de propriedade ou posse; e
9. O declarante assume plena responsabilidade ambiental sobre o imóvel rural declarado em seu nome, sem prejuízo de responsabilização por danos ambientais em área contígua, posteriormente comprovada como de sua propriedade ou posse.

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: PA-1500404-4050.6FBB.C070.4167.AD38.D795.1886.DF96	Data de Cadastro: 25/09/2017 16:04:25

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Foi detectada uma diferença entre a área do imóvel rural declarada conforme documentação comprobatória de propriedade/posse/concessão [85.0 hectares] e a área do imóvel rural identificada em representação gráfica [85,0252 hectares].

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR

CPF: 842.161.232-87	Nome: RIVALDO OLIVEIRA DAS CHAGAS

ÁREAS DECLARADAS (em hectares)

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: PA-1500404-4050.6FBB.C070.4167.AD38.D795.1886.DF96	Data de Cadastro: 25/09/2017 16:04:25

Imóvel		**Imóvel**	
Área Total do Território	85,0252	Área Consolidada	56,4244
Área de Servidão Administrativa	0,0000	Remanescente de Vegetação Nativa	28,5676
Área Líquida do Imóvel	85,0252	**Reserva Legal**	
APP / Uso Restrito		Área de Reserva Legal	28,5676
Área de Preservação Permanente	0,0000		
Área de Uso Restrito	0,0000		

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
14991469
OAB
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)
ASSINATURA DO PORTADOR
OBSERVAÇÕES

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO AMAZONAS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
RENAN RODRIGUES FIALHO

INSCRIÇÃO: 13904

FILIAÇÃO
HILBERTO FIALHO LACERDA
ROSANA RODRIGUES DOS SANTOS

NATURALIDADE
ALENQUER-PA

DATA DE NASCIMENTO
20/02/1989

RG
6131980 - SESEG

CPF
001.111.302-20

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO DECLARADO

VIA 01
EXPEDIDO EM 21/08/2018

MARCO AURELIO DE LIMA CHOY
PRESIDENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ADERSON CONCEIÇÃO DE MELO

POLEGAR DIREITO

RIVALDO OLIVEIRA DAS CHAGAS
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
842.161.232-87

Nome
RIVALDO OLIVEIRA DAS CHAGAS

Nascimento
02/03/1985

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3323272-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/12/2015

NOME RIVALDO OLIVEIRA DAS CHAGAS

FILIAÇÃO MANOEL BARBOSA DAS CHAGAS
VALDIRENE OLIVEIRA DAS CHAGAS

NATURALIDADE ALENQUER-PA DATA DE NASCIMENTO 02/03/1985

DOC ORIGEM CERT.NASC.N.21083 FLS.297V LV.86A CART.CURUA-PA

CPF 842161232-87

vanilson de Araújo Mota
Diretor do IACM
ASSINATURA DO DIRETOR

PAC01-ELS 1A. VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Zimbra **protocolo@semas.pa.gov.br**

Re: Defesa Administrativa Rivaldo Oliveira das Chagas CPF nº 842.161.232-87

De : Renan Fialho <advrenanfialho@gmail.com> qui., 31 de ago. de 2023 16:47
Assunto : Re: Defesa Administrativa Rivaldo Oliveira das Chagas CPF nº 842.161.232-87 6 anexos
Para : protocolo@semas.pa.gov.br

Prezado (a), servidor (a) desta Secretaria Ambiental, conforme contato telefônico e orientações supracitadas, em consulta no sistema SIMLAM/SEMAS e em respostas ao Processo nº 43022/2019 Ref.: Auto de Infração nº 2-S/19-7-00130, segue em anexo Defesa Administrativa (2) e demais documentos para que sejam juntados no respectivo processo em epígrafe, para fins de deferimento e regular prosseguimento do feito.

Documentos Anexos:
01. Procuração;
02. Documentos Pessoais do Requerente;
03. Cópia do CAR;
04. Cópia Declaração do Sindicato;
05. Cópia da OAB deste Advogado.

Renova e estima de considerações.

Favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

Renan Rodrigues Fialho
OAB/AM nº 13.904
Advogado

Em qua., 30 de ago. de 2023 às 14:58, protocolo@semas.pa.gov.br <protocolo@semas.pa.gov.br> escreveu:

> Prezado(a),
> Informamos que para atender a sua solicitação é necessário um ofício para cada processo, devidamente assinado, juntamente com a OAB do sr. Renan Rodrigues Fialho, para assim gerar o número de protocolo e encaminhar para providências.
>
> Na oportunidade solicitamos que seja reenviado através desse mesmo email para assim continuar com os anexos.
>
> Atenciosamente,
> Gerência de Protocolo e Atendimento
> GEPAT/SEMAS(91) 3184-3322 / 3184-3377
>
> ---
>
> **De:** "Renan Fialho" <advrenanfialho@gmail.com>
> **Para:** "Setor de Protocolo" <protocolo@semas.pa.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 28 de agosto de 2023 14:37:23
Assunto: Defesa Administrativa Rivaldo Oliveira das Chagas CPF nº 842.161.232-87

Olá, boa tarde, em cumprimento à Notificação nº 169157/GEFLOR e respostas aos Processos nº 42875/2019 e 43022/2019 Ref.: Autos de Infrações 2-S/19-7-00131 e 2-S/19-7-00130, segue em anexo Defesa Administrativa e demais documentos para fins de deferimento e regular prosseguimento do feito.

Renova e estima de considerações.

Favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

Renan Rodrigues Fialho
OAB/AM nº 13.904
Advogado

Defesa Administrativa (2).pdf
4 MB

PROCURAÇÃO (1).pdf
167 KB

CARTEIRA OAB.pdf
493 KB

Documentos Pessoais.pdf
87 KB

Cópia do CAR.pdf
264 KB

Declaração do Sindicato.pdf
142 KB

De : Renan Fialho <advrenanfialho@gmail.com> qui., 31 de ago. de 2023 16:43
Assunto : Re: Defesa Administrativa Rivaldo Oliveira das Chagas CPF nº 842.161.232-87 6 anexos
Para : protocolo@semas.pa.gov.br

Prezado (a), servidor (a) desta Secretaria Ambiental, conforme contato telefônico e orientações supracitadas, em cumprimento à Notificação nº 169157/GEFLOR e em respostas ao Processo nº 42875/2019 Ref.: Auto de Infração nº 2-S/19-7-00131, segue em anexo Defesa Administrativa (1) e demais documentos para que sejam juntados no

respectivo processo em epígrafe, para fins de deferimento e regular prosseguimento do feito.

Documentos Anexos:
01. Procuração;
02. Documentos Pessoais do Requerente;
03. Cópia do CAR;
04. Cópia Declaração do Sindicato;
05. Cópia da OAB deste Advogado.

Renova e estima de considerações.

Favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

Renan Rodrigues Fialho
OAB/AM nº 13.904
Advogado

Em qua., 30 de ago. de 2023 às 14:58, protocolo@semas.pa.gov.br <protocolo@semas.pa.gov.br> escreveu:

Prezado(a),
Informamos que para atender a sua solicitação é necessário um ofício para cada processo, devidamente assinado, juntamente com a OAB do sr. Renan Rodrigues Fialho, para assim gerar o número de protocolo e encaminhar para providências.

Na oportunidade solicitamos que seja reenviado através desse mesmo email para assim continuar com os anexos.

Atenciosamente,
Gerência de Protocolo e Atendimento
GEPAT/SEMAS(91) 3184-3322 / 3184-3377

De: "Renan Fialho" <advrenanfialho@gmail.com>
Para: "Setor de Protocolo" <protocolo@semas.pa.gov.br>
Enviadas: Segunda-feira, 28 de agosto de 2023 14:37:23
Assunto: Defesa Administrativa Rivaldo Oliveira das Chagas CPF nº 842.161.232-87

Olá, boa tarde, em cumprimento à Notificação nº 169157/GEFLOR e respostas aos Processos nº 42875/2019 e 43022/2019 Ref.: Autos de Infrações 2-S/19-7-00131 e 2-S/19-7-00130, segue em anexo Defesa Administrativa e demais documentos para fins de deferimento e regular prosseguimento do feito.

Renova e estima de considerações.

Favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

Renan Rodrigues Fialho
OAB/AM nº 13.904
Advogado

Defesa Administrativa (1).pdf
3 MB

PROCURAÇÃO (1).pdf
167 KB

Documentos Pessoais.pdf
87 KB

Cópia do CAR.pdf
264 KB

Declaração do Sindicato.pdf
142 KB

CARTEIRA OAB.pdf
493 KB

De : Renan Fialho <advrenanfialho@gmail.com> qui., 31 de ago. de 2023 15:51
Assunto : Re: Defesa Administrativa Rivaldo Oliveira das Chagas CPF nº 842.161.232-87 5 anexos
Para : protocolo@semas.pa.gov.br

Prezado (a), servidor (a) desta Secretaria Ambiental, conforme contato telefônico e orientações supracitadas, em cumprimento à Notificação nº 169157/GEFLOR e em respostas ao Processo nº 42875/2019, Ref.: Auto de Infração nº 2-S/19-7-00131, segue em anexo Defesa Administrativa (1) e demais documentos para que sejam juntados no respectivo processo em epígrafe, para fins de deferimento e regular prosseguimento do feito.
Renova e estima de considerações.

Favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

Renan Rodrigues Fialho
OAB/AM nº 13.904
Advogado

Em qua., 30 de ago. de 2023 às 14:58, protocolo@semas.pa.gov.br <protocolo@semas.pa.gov.br> escreveu:

Prezado(a),
Informamos que para atender a sua solicitação é necessário um ofício para cada processo, devidamente assinado, juntamente com a OAB do sr. Renan Rodrigues Fialho, para assim gerar o número de protocolo e encaminhar para providências.

Na oportunidade solicitamos que seja reenviado através desse mesmo email para assim continuar com os anexos.

Atenciosamente,
Gerência de Protocolo e Atendimento
GEPAT/SEMAS(91) 3184-3322 / 3184-3377

De: "Renan Fialho" <advrenanfialho@gmail.com>
Para: "Setor de Protocolo" <protocolo@semas.pa.gov.br>
Enviadas: Segunda-feira, 28 de agosto de 2023 14:37:23
Assunto: Defesa Administrativa Rivaldo Oliveira das Chagas CPF nº 842.161.232-87

Olá, boa tarde, em cumprimento à Notificação nº 169157/GEFLOR e respostas aos Processos nº 42875/2019 e 43022/2019 Ref.: Autos de Infrações 2-S/19-7-00131 e 2-S/19-7-00130, segue em anexo Defesa Administrativa e demais documentos para fins de deferimento e regular prosseguimento do feito.

Renova e estima de considerações.

Favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

Renan Rodrigues Fialho
OAB/AM nº 13.904
Advogado

Defesa Administrativa (1).pdf
325 KB

PROCURAÇÃO (1).pdf
167 KB

Documentos Pessoais.pdf
87 KB

Cópia do CAR.pdf
264 KB

Declaração do Sindicato.pdf
142 KB

De : protocolo@semas.pa.gov.br qua., 30 de ago. de 2023 14:58

Assunto : Re: Defesa Administrativa Rivaldo Oliveira das Chagas CPF nº 842.161.232-87

Para : Renan Fialho <advrenanfialho@gmail.com>

Prezado(a),
Informamos que para atender a sua solicitação é necessário um ofício para cada processo, devidamente assinado, juntamente com a OAB do sr. Renan Rodrigues Fialho, para assim gerar o número de protocolo e encaminhar para providências.

Na oportunidade solicitamos que seja reenviado através desse mesmo email para assim continuar com os anexos.

Atenciosamente,
Gerência de Protocolo e Atendimento
GEPAT/SEMAS(91) 3184-3322 / 3184-3377

De: "Renan Fialho" <advrenanfialho@gmail.com>
Para: "Setor de Protocolo" <protocolo@semas.pa.gov.br>
Enviadas: Segunda-feira, 28 de agosto de 2023 14:37:23
Assunto: Defesa Administrativa Rivaldo Oliveira das Chagas CPF nº 842.161.232-87

Olá, boa tarde, em cumprimento à Notificação nº 169157/GEFLOR e respostas aos Processos nº 42875/2019 e 43022/2019 Ref.: Autos de Infrações 2-S/19-7-00131 e 2-S/19-7-00130, segue em anexo Defesa Administrativa e demais documentos para fins de deferimento e regular prosseguimento do feito.

Renova e estima de considerações.

Favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

Renan Rodrigues Fialho
OAB/AM nº 13.904
Advogado

De : Renan Fialho <advrenanfialho@gmail.com> seg., 28 de ago. de 2023 14:37

Assunto : Defesa Administrativa Rivaldo Oliveira das Chagas CPF nº 842.161.232-87

MARCELLA

5 anexos

Para : protocolo@semas.pa.gov.br

Olá, boa tarde, em cumprimento à Notificação nº 169157/GEFLOR e respostas aos Processos nº 42875/2019 e 43022/2019 Ref.: Autos de Infrações 2-S/19-7-00131 e 2-S/19-7-00130, segue em anexo Defesa Administrativa e demais documentos para fins de deferimento e regular prosseguimento do feito.

Renova e estima de considerações.

Favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

Renan Rodrigues Fialho
OAB/AM nº 13.904
Advogado

Defesa Administrativa Rivaldo.pdf
326 KB

PROCURAÇÃO (1).pdf
167 KB

Documentos Pessoais.pdf
87 KB

Cópia do CAR.pdf
264 KB

Declaração do Sindicato.pdf
142 KB

Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade

Número do Protocolo: 2023/0000040846

Empreendimento: Processo - 2019/0000042875

Local, data e hora do envio: Belém – PA, 01/09/2023 14:11:24

Setor de origem: Gerência de Protocolo e Atendimento

Procedimento de origem: GEPAT-Tramitação

Funcionário que enviou: Marcella Mirllany Lima Marçal

Setor de destino: Diretoria de Fiscalização Ambiental

Procedimento de destino: DIFISC - Tramitação

Aos cuidados de:

Despacho: ENCAMINHAMOS APRESENTAÇÃO DE DEFESA ADMINISTRATIVA - AUT 2-S-19-7-00131, REFENTE AO PROCESSO 2019-42875

Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade

Número do Protocolo: 2023/0000040846
Empreendimento: Processo - 2019/0000042875
Local, data e hora do envio: Belém – PA, 04/09/2023 11:22:59
Setor de origem: Diretoria de Fiscalização Ambiental
Procedimento de origem: DIFISC - Tramitação
Funcionário que enviou: Ana Flávia do Nascimento Rocha
Setor de destino: Gerência de Fiscalização Florestal
Procedimento de destino: GEFLOR-Tramitação
Aos cuidados de: Caio Cesar Carmo Barros
Despacho: À GEFLOR,

Conforme despacho da GEPAT, encaminho a defesa administrativa em face ao Auto de Infração 2-S/19-7-00131, referente ao processo nº 2019/0000042875.